

Roberto José Moreira<sup>1</sup>

## *Pensando o rural da modernidade e dos nossos tempos<sup>2</sup>*

### **Introdução**

Apresentando algumas dimensões de minhas análises sobre o tema “novas ruralidades” cumpre esclarecer que elas estão centradas no caso brasileiro. Partindo da abordagem interpretativa destes estudos é que ousarei sugerir uma abordagem complexa para o estudo das situações latino-americanas.

Esta abordagem interpretativa considera o mundo rural e as identidades rurais como parte constitutiva das lutas pela independência colonial das nações latino-americanas, portanto da modernidade burguesa e das globalizações contemporâneas. Procura evidenciar ainda a configuração de poderes, hierarquias sociais e relações rurais e urbanas destas sociedades.

---

<sup>1</sup> Roberto José Moreira é professor do CPDA/DDAS/ICHS/UFRRJ. E-mail: moreirarj@ufrj.br.

<sup>2</sup> Este artigo inclui algumas atualizações, sem perder o caráter original, ao texto Novas ruralidades na América Latina, apresentado no X Seminário Internacional sobre Território e Cultura. Universidad de Caldas - Manizales, Colômbia (2 e 3 de novembro de 2010).

A análise envolve três movimentos interpretativos, nos quais o campo analítico é plural, o das relações entre cultura, política, o rural e as identidades rurais.

Primeiro movimento. É a constituição cultural da imagem do rural na modernidade, lançando, ao mesmo tempo, elementos para a compreensão das novas ruralidades contemporâneas. Defende-se a ideia de que está em curso uma mudança cultural dos sentidos atribuídos ao rural na modernidade, fazendo emergir, em nossa contemporaneidade, uma nova e complexa visão de rural e de mundo rural.

Segundo movimento. No tratamento do rural da modernidade, e dos rurais associados às diferentes formações sociais modernas, tem-se como objetivo captar as especificidades das formações capitalistas periféricas latino-americanas, em especial a brasileira, e distinguir, analiticamente, os processos que configuram ruralidades centrais e periféricas visualizando, nos processos sociais, embates hegemônicos, contra-hegemônicos e subalternos<sup>3</sup>.

Terceiro movimento. Compreender o rural e as ruralidades como parte componente dos processos de legitimação e de dominação urbano-industrial intra e internacional da modernidade e da atualidade.

Não desconhecendo os poderes das armas, estados, mercados e da distribuição da riqueza, sempre presentes na configuração de diferenciais de poderes, a ênfase interpretativa estará associada às dimensões nem sempre sutis de relações sociais construtoras de seres inferiores e superiores. Comunidades, grupos sociais, famílias, etnias e classes tidas e legitimadas como inferiores tornam-se as bases de relações assimétricas e hierárquicas de poderes.

<sup>3</sup> A noção de subalternidade está referenciada a seres e entidades sociais produzidos como socialmente inferiores, ainda sem coesão social de postulação de contra-hegemonias, mas em lutas e disputas por redução de diferenciais de poderes. A luta política e a coesão social podem transformá-los de *sub* a *alteridade*.

As relações que configuram seres e setores inferiores constroem ao mesmo tempo seres e setores superiores. O escravo e o senhor do escravo são produtos sociais co-determinados historicamente. O mesmo podemos dizer sobre as classes sociais superiores e inferiores, suas relações de domínio, de exploração, de saberes e de práticas culturais que dão sentido a identidades hegemônicas, contra-hegemônicas e subalternas. Dentre estas, a inferioridade do rural e das identidades rurais camponesas e grupos populares do campo.

## **O rural na modernidade e na atualidade**

Uma das especificidades associadas à visão de rural e de ruralidades é a sua associação com a terra, a natureza e os processos naturais. A compreensão da especificidade rural nos remete ao entendimento das sociedades em suas codeterminações com a dinâmica da natureza e da vida. A realidade humana é uma realidade culturalmente planetária que em condições ecossistêmicas específicas configuram diferentes territórios culturais.

Em um tempo longo, podemos dizer que o mundo rural herdado da modernidade e as identidades rurais eram associados aos domínios da natureza e da tradição, próprias da hegemonia urbano-industrial, em espaços nacionais. As ruralidades eram concebidas e vividas por oposições campo-cidade em dualidades discursivas geradoras de conceitos e valores tidos como superiores e inferiores, tradicional-moderno, incivilizado-civilizado e não tecnificado. Em outra dimensão, o rural-agricultura opunha-se ao urbano-industrial, na vida e na cultura.

Minha compreensão das novas ruralidades – pós-modernas e globalizadas, do norte e do sul, do centro e da periferia – postula a existência de um processo de ressignificação do rural construído por aquelas oposições dis-

cursivas acima enunciadas. Nesta compreensão, as sociedades contemporâneas estão associadas aos processos de globalização da hegemonia das políticas neoliberais (de abertura dos mercados, de redimensionamento do papel do Estado, de descentralizações políticas e de desformalização das relações de trabalho), ou seja, da conjuntura internacional inaugurada no fim da década de 1980.

## **Primeiro movimento interpretativo**

Na modernidade burguesa, os polos construtores de identidades estiveram sediados na indústria e na cidade. Desses polos emergiu a atribuição de sentidos. Tais polos foram os mais valorizados e carregaram poderes assimétricos nas instâncias econômicas, políticas e culturais das sociedades capitalistas. O rural subalterno que emerge dessa assimetria tem como polo hegemônico e referencial o poder emissor de sentido da indústria e da cidade. É nesse sentido que as imagens hegemônicas do rural, em oposição aos sentidos atribuídos ao urbano, carregam as noções de agrícola, atrasado, tradicional, rústico, selvagem, incivilizado, resistente a mudanças. Enfim, imagens e discursos que produzem cultural e ideologicamente realidades culturais e identidades sociais tidas como inferiores, que, naturalizadas, são vividas como tais.

Se reconhecermos a existência de processos de ressignificação do rural como um novo mundo rural e novas ruralidades, tais processos estariam indicando tensões no núcleo de poder hegemônico da indústria e da cidade da modernidade, em particular na conjuntura histórica do pós-1970, com a perda relativa de poderes do desenvolvimentismo keynesiano e os conhecidos movimentos contraculturais dos anos 1960.

A ressignificação do rural emerge de tensões desse tempo sócio-histórico e da densificação da consciência

ecológica em setores e camadas do campo hegemônico – países centrais e cidades “mundializadas”. A passagem de uma imagem de rural como agrícola para um rural como natureza e como modo de vida saudável expressa tensões de diversos âmbitos societários, tais como na estética, na ciência e tecnologia, na sociedade civil, no Estado, no mercado e mesmo na espiritualização. Nos anos 1990, argumentava, em estudos associados a Eco-92 e em uma interpretação neomarxista da economia política da sustentabilidade, que a própria imagem de natureza estava em processo de ressignificação e, com ela, a de ser humano, bem como postulava uma compreensão da renda da natureza e da apropriação privada da biodiversidade (MOREIRA, 1993; 1998; 1999).

Em análises recentes sobre ruralidade, assimetrias de poder e identidades sociais, questiono a formação das ideias contemporâneas de mundo rural e do campo como um território sem conflitos e disputas, um lugar de paisagens cênicas esplendorosas. Lugares de lazeres e turismos, de comunidades de gente simples e de cultura tradicional. De patrimônios culturais e de reservas naturais a serem preservadas. São imagens romantizadas dos tempos presentes. Imagens em busca de uma hegemonia globalizada sobre o rural contemporâneo. Uma imagem discursiva de desenvolvimento sustentável que, postulando a harmonia ser humano-natureza, fundamenta projetos capitalistas de desenvolvimento “ambientalmente sustentável”, mascarando e escondendo os problemas sociais agrários, bem como a incompatibilidade desta harmonia com a acumulação capitalista ampliadora de diferenciais de poderes.

Essa abordagem teórico-interpretativa considera que a formação das ideias sobre o mundo rural é parte componente de um amplo processo de consolidação da ordem burguesa no Ocidente que teria forjado a imagem hege-

mônica de mundo rural da modernidade. Imagem que – nos processos de globalização recentes – estaria sendo desconstruída-reconstruída. Dentro desse escopo analítico, as identidades sociais são vistas como complexas e múltiplas e as ruralidades como partes componentes de codeterminações dinâmicas complexas, locais e globais. As expressões de poder nestas situações são assimétricas, de diversas ordens, abertas, mas em busca de reiteração permanente, ou seja, aceitando as mudanças desde que ou, para que, as assimetrias se mantenham.

Cumpramos ressaltar que nos casos latino-americanos essas assimetrias não poderão ser elucidadas se não considerarmos que as nossas questões da cidadania e da justiça social são distintas daquelas das sociedades “avançadas”.

Nos debates brasileiros, o rural tende a ser visto como um modo particular de utilização do espaço e da vida social: de um lado, como lugar de domínio da grande produção e do agronegócio e, de outro, como espaço da vida social camponesa. Em Moreira (1998 e 1999), insistimos em afirmar que a análise do rural requer o reconhecimento da apropriação privada da biodiversidade e que a sustentabilidade ambiental do desenvolvimento rural contemporâneo é a incorporação dos constrangimentos ecológicos à lógica e à dinâmica capitalista, esta própria insustentável ambientalmente. Carneiro (1998) identifica as novas identidades rurais como produto das novas relações campo-cidade configuradas por uma revalorização da natureza. De Paula (1999) amplia a concepção de rural postulando uma ruralidade estetizada associada aos esportes *countries* da região de Presidente Prudente, em São Paulo. Uma ruralidade produzida na cidade. Wanderley (2000) se posiciona numa leitura do rural como espaço singular e heterogêneo de subordinação – à indústria – e de atores coletivos com expressão em compromissos de desenvolvimento rural.

A associação do rural com a natureza e com a vida na Terra impõe-nos a compreensão dos contornos (o espaço ecossistêmico), das especificidades (o lugar onde se vive) e das representações (o lugar onde se vê e se vive o mundo). A urbanidade contemporânea globalizada revaloriza a vida no campo, a produção de alimentos saudáveis e as culturas tradicionais, bem como o patrimônio cultural e natural dos territórios. Obviamente falaremos de coisas distintas aos falarmos dos patrimônios europeus e latino-americanos.

As novas ruralidades referem-se, portanto, às relações específicas dos habitantes do campo com a natureza e às relações próprias de interconhecimento destas relações, bem como de suas codeterminações rural-urbanas. Na realidade, são relações produzidas pelo conhecimento e pela comunicação direta face a face, bem como por aqueles conhecimentos mediados pelos meios de comunicação, mercados e pelo campo da política.

Em suma: a modernidade burguesa construiu imagens culturais hegemônicas sobre o rural, em oposição aos sentidos atribuídos ao urbano. Todas, imagens de inferioridades que legitimaram políticas de modernização e de civilidades na educação, nos comportamentos e no consumo (MOREIRA, 2003a e 2003b).

## **Segundo movimento interpretativo**

A passagem para a contemporaneidade – para aquilo que a bibliografia define como pós-modernidade, alta modernidade ou globalizações – indica reconfigurações do poder hegemônico que podem ser visualizadas nas novas posições que assumem o capital financeiro, as indústrias da informação, da propaganda e cultural, as instituições econômicas, empresariais, políticas e culturais transnacionais, bem como nos desdobramentos das tecnologias

quânticas, na cibernética, nas comunicações e automações da engenharia genética, nas tecnologias das clonagens e transgenias.

O novo rural e as novas identidades rurais emergem de tensões e lutas no campo hegemônico que se expressam nas redes de cidades “mundializadas”. Lutas e disputas nas quais as recorrentes crises do petróleo e financeiras globais têm papel relevante. Estão associadas à questão ambiental planetária. Neste contexto, deslocar o foco analítico para o fenômeno da vivência, do ser vivo e da vida humana, e para os fenômenos das globalizações contemporâneas, parece-me fundamental.

Santos (2002), procurando desvendar as tensões e hegemônias dos processos de globalização, fala-nos de movimentos de legitimação de artefatos e imagens. Globalizações de *cima-para-baixo* e de *baixo-para-cima*, visualizando com esta percepção *localismos* e *globalismos*. Considera as globalizações de *cima-para-baixo* como *hegemônicas* e produtoras de *globalismo localizado* e, as de *baixo-para-cima* como de *resistências* ou *contra-hegemônicas*. No grupo das hegemônicas, temos, assim, suas expressões nas formas de *globalismo localizado*, vitoriosas nos movimentos de *baixo-para-cima*, e de *localismo globalizado*, expressão das vitoriosas em espaços locais, de nações e territórios. No grupo das contra-hegemônicas, estariam, para o autor, os movimentos e formas em busca de hegemonia que fundam seu sentido nos valores do *cosmopolitismo* e na defesa do *patrimônio comum da humanidade*. Ambas apresentam possibilidades de se tornarem hegemônicas. Nessa problematização classificatória, penso ser relevante falar de um terceiro grupo para acolher e visibilizar os movimentos e formas *subalternas* ou *subordinadas* que, produzidas socialmente como inferiores, não apresentam possibilidades e condições de exercerem os papéis de hegemônicas e contra-hegemônicas. Não aparecem na cena política glo-



balizada, sendo, no entanto, componentes da realidade social e das hierarquias de poderes locais. Nesta situação pode estar a maioria significativa da população, nacional ou mundial. Em resumo: a subalternidade de movimentos e formas sociais não os exclui das disputas e lutas locais, regionais ou nacionais, seja em alianças, cooperação, disputa ou resistências às formas do *globalismo localizado*.

Nesses embates da globalização, o *localismo globalizado* seria a expressão do vencedor na luta pela apropriação ou valorização de recursos, imagens, artefatos e instituições. A identidade do vencedor carrega a capacidade de ditar os termos da integração, da competição e da inclusão de outras identidades. Tendo sua particularidade anterior convertida em condição universal, hegemônica, o *localismo globalizado* torna-se referência no reconhecimento das diferenças e dos critérios de classificação das hierarquias diferenciadoras, ou seja, de situações produzidas e tidas como inferiores. Ao ditar os termos das diferenciações, ele estabelece as consequentes exclusões e inclusões subalternas, diferenciando e hierarquizando, assim, nações, regiões, grupos sociais e indivíduos, bem como artefatos, instituições e valores culturais. Processos de hierarquização que produzem seres sociais *inferiores*, marginalizados, excluídos<sup>4</sup>. Santos (2002) destaca ainda que, na divisão globalizada da produção, essas práticas hierarquizadoras de diferenças garantem aos países centrais os *localismos globalizados* e aos periféricos ou semi-periféricos a escolha de *globalismos localizados*.

Os *globalismos localizados* colocam em tensão identidades múltiplas nas cidades e nos campos. No novo mundo rural, são identidades que carregam elementos de rura-

---

<sup>4</sup> Cumpre ressaltar que esse *localismo globalizado* é desterritorializado. Perde a raiz de seus contextos específicos e de sua vivência territorial, e torna-se um elemento da rede global-local, transformando-se em seu próprio local de origem.

lidades hegemônicas na alimentação, na vestimenta, na relação com a natureza, nas expressões culturais e nos comportamentos econômicos, sociais e políticos. Uma espécie do *Outro* dentro do *Eu* da abordagem lacaniana da psicanálise. Em termos sociológicos, representam as forças dominantes que compõem as ações e subjetividades individuais. Essas identidades rurais da pós-modernidade estão distantes das identidades culturais coesas da modernidade, das identidades absolutas concebidas pela corrente essencialista e positivista da modernidade.

Paradoxalmente, podemos falar de rurais sem território e sem natureza, bem como de rurais tradicionais vivenciados nas cidades e no presente. Mesmo que concebidos como simulacros, representações ou virtualidades, essas ruralidades compõem elementos da realidade e das identidades contemporâneas. Participam dos jogos, embates e conflitos construtores das hegemonias, contra-hegemonias e subalternidades globais e locais. Como artefatos, imagens e comportamentos, estas realidades poderão ser visualizadas como ruralidades globais ou locais.

Como pensar, por exemplo, os artefatos, imagens e comportamentos associados ao estilo *country* estado-unienses produzido pela indústria cultural hollywoodiana? À cozinha, aos vinhos e aos queijos franceses? Às duplas e músicas brasileiras sertanejas? Aos diversos turismos rurais, mesmo que transvestidos de ecológicos?

Em outros níveis, elementos da realidade rural podem ser visualizados nos artefatos, interesses e valores associados aos embates agrícolas da Organização Mundial do Comércio, do Fórum Econômico e do Fórum Social mundiais. Na segurança alimentar. Nas tecnologias transgênicas. Nos mercados futuros de *commodities*, bem como nos ministérios brasileiros da agricultura (MAPA) e do desenvolvimento agrário (MDA). Aparecem ainda elementos dessas ruralidades na cultura patrimonialista, machista e

familista brasileira e latino-americana. No autoritarismo e na fragilidade de nossa democracia. Na bancada ruralista no Congresso Nacional brasileiro, bem como nos movimentos sociais rurais: do sindicalismo, dos sem-terra, das mulheres e juventude no campo, dos quilombolas, das comunidades indígenas e dos ambientalistas, dentre outros.

No que nos concerne no momento, as mais diferentes noções de rural e de ruralidades nos remetem à proximidade com a natureza, o solo, a terra, as estações e os climas, suas vegetações e animais, produzindo objetividades, subjetividades, espiritualidades e sensibilidades rurais. Valores e modos de vidas rurais que se constroem em codeterminações complexas, em sinergias, embates e disputas hegemônicas, contra-hegemônicas e subalternas das quais estamos falando. São essas dimensões das realidades contemporâneas que nos levam a falar em *novas* comunidades rurais e *novas* identidades rurais: *novas* ruralidades.

No Brasil da conjuntura dos anos pós-1990, emergiu a compreensão do espaço agrário como um novo mundo rural. Ele passou a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades agrícolas, mas como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que, no processo de revalorização do mundo rural, envolveram a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento e a expansão dos turismos rurais (ecológico e cultural). A revalorização de festas, rodeios e feiras agropecuárias associa-se à valorização da cultura local e de etnias e ao apoio à produção de artefatos os mais diversos, como conservas,

artesanatos e manufaturas associados à natureza e às culturas populares e tradicionais, bem como na dinamização de agroindústrias associativas de agricultores familiares e dos assentamentos rurais.

A perspectiva analítica aqui ensaiada permite-nos visualizar a complexidade das lutas pela democratização da sociedade brasileira. Pensar o rural como uma questão nacional e global, urbana e rural, e como codeterminador da democratização brasileira, alertando-nos, também, para o risco de apenas visualizar um processo homogêneo ou linear da globalização, sugerindo o desaparecimento do local, do nacional e do rural, e principalmente a exclusão daquilo visto e produzido como inferior e subalterno.

## As relações rural-urbanas na América Latina

Na análise dos processos de constituição de sociedades burguesas, algumas destas sociedades emergiram de lutas revolucionárias contra os antigos regimes, outras de lutas de libertação nacional de regimes coloniais, escravocratas ou não. Alguns autores diferenciam as sociedades oriundas de revoluções burguesas *democráticas* daquelas sociedades que vivenciaram processos autoritários das revoluções *pelo alto*. No que se refere à questão agrária, as primeiras, regra geral, foram acompanhadas de processo de destruição de forças antigas com reformas agrárias, constituindo forças e domínios territoriais rurais mais democráticos, como seriam, por exemplo, os casos da Inglaterra, da França e dos EUA. As segundas instituíram novos poderes sem rupturas radicais com a ordem anterior e se realizaram sem processos de democratização do domínio rural, como seriam os casos da Alemanha e do Brasil e, provavelmente, de toda América Latina, exceto o Haiti. As forças políticas hegemônicas nacionais que emergiram desses processos projetaram processos diferenciados de

urbanização e industrialização e, portanto, construíram distintas visões das relações rurais e urbanas. Projetaram papéis e funções para seus mundos rurais e instituíram, nestes contextos políticos, suas instituições rurais.

No caso brasileiro, o domínio privado sobre o território nacional foi fundado no monopólio monárquico-colonial do reino português nas concessões de uso das capitanias hereditárias, e posteriormente das sesmarias na constituição, em 1549, do governo real em solo brasileiro. Ainda sob o poder monárquico do Império brasileiro, instituído em 1822, a Lei de Terras, de 1850, reconhece a base da estrutura de uso anterior da terra como direito de propriedade e institui os futuros acessos pela sua compra e venda no mercado de terras. Na revolução *pelo alto*, que institui a República, em 1889, nos processos de urbanização e nos processos de industrialização dos pós-1930, a estrutura de domínio extremamente concentrado das terras ainda vigora. No surto de democratização do período 1946-1964, essa forma de acesso a terra é tensionada pelo movimento camponês e por setores defensores de uma *democracia burguesa*<sup>5</sup>. O Estatuto da Terra, de 1964, instituído pelo poder do golpe militar do mesmo ano, não foi capaz de estabelecer parâmetros para uma significativa reforma do domínio privado sobre o território. O domínio do território não é democratizado.

No presente, os elevados índices de concentração da propriedade da terra demonstram que a grande propriedade agrária ainda exerce um domínio quase absoluto sobre o território nacional.

---

<sup>5</sup> Estes, em especial, os da *democracia cristã*, que postulavam uma ampliação do mercado interno, de bens alimentares e industriais como modelo de desenvolvimento, e os *comunistas*, que viam a consolidação da democracia burguesa como etapa necessária ao socialismo, e aqueles, em especial as *ligas camponesas* e setores do trabalhismo brasileiro, que reivindicavam direitos trabalhistas, civis, bem como acesso à terra de trabalho. O amplo debate político crítico da época envolvia, também, as postulações dos desenvolvimentismos *cepalino* e *isebiano*.

As raízes agrárias autoritárias do Estado brasileiro e do domínio concentrado de território pouco têm sido ressaltadas nas análises da fragilidade e insuficiência de nossa democracia e dos elevados índices de desigualdades sociais contemporâneos. Nessa perspectiva, poderíamos falar das raízes agrárias do Estado brasileiro e postular a existência de uma ruralidade autoritária no Estado e na nossa cultura, ainda atuante em nosso sincretismo cultural.

Destacamos em outras análises que, no Brasil, as políticas e as visões dominantes sobre a agricultura familiar e a pequena produção familiar rural foram historicamente conformadas pela ideologia de *subsistência* com base na ideologia nas relações sociais da *morada* “de favor” do nordeste açucareiro. A *morada* de trabalhadores livres no interior das plantações de cana-de-açúcar era tratada como um favor que as elites agrárias da época faziam ao trabalhador rural livre da ordem escravista colonial. No período republicano, a manutenção da relação social de moradia de favor, de um lado, não reconhecia os direitos trabalhistas e, de outro, garantia a fixação de trabalhadores nas plantações. As relações sociais de trabalho da *morada* e, também, as do *colonato* do café em São Paulo envolviam o trabalho no produto principal – cana ou café – e viabilizavam a *parceira* na produção de alimentos básicos – arroz, feijão, aipim etc. – fundamentais à alimentação daquela população e ao suprimento do mercado interno. Regra geral, essas relações começam a ser destruídas no pós-II Guerra Mundial. Dada tal origem e tal localização ideológica, esses agricultores e seus herdeiros históricos – as atuais formas sociais da agricultura familiar no Brasil – são vistos, na ideologia dominante, como incapazes do progresso econômico e social. Na formulação de políticas, o setor camponês foi sempre considerado como aquele para o qual as políticas agrícolas deveriam evitar que sucumbissem, conservando sua precária condição

produtiva e mantendo as condições de *subsistência* da família. Esta também é a noção de salário mínimo: salário de *subsistência*.

As benesses da política agrícola, como foi o caso do crédito agrícola altamente subsidiado da Revolução Verde, no Brasil do pós-1965, foram dirigidas às próprias elites do mundo rural. Esta política teve sucesso ao transformar latifúndios em empresas capitalistas, ao implantar os setores internacionalizados de produção de máquinas, equipamentos e insumos e ao centralizar e modernizar o aparato agroindustrial, em resumo, ao constituir a hegemonia agrária do moderno *agronegócio* brasileiro.

Essa ideologia – de *subsistência* – foi naturalizada na cultura e nos modos de vida. A luta e a busca pela *subsistência* passou a ser vista como uma condição natural dos pobres do campo. Setores *subalternos e subordinados*, cujos espaços de luta visariam, naturalmente, uma luta por condições mínimas de vida familiar. Neste processo, as políticas para esse setor – postuladas por setores *hegemônico e contra-hegemônico* – tenderam sempre a assumir formas de políticas de assistência social, também denominadas de políticas de *subsistência*, longe de políticas de progresso e ascensão social.

O poder rural hegemônico do agronegócio brasileiro pode ser visualizado por sua importância nas taxas recentes de crescimento do PIB nacional, na importância da agricultura nos saldos positivos da balança comercial e no poder político das associações patronais agroindustriais.

No contexto das políticas governamentais de criação e ampliação do empresariado rural e da *industrialização* da agricultura – como forma de modernização do latifúndio –, uma camada de agricultores familiares foi integrada à agroindústria e ao mercado, constituindo um grupo de agricultores familiares modernizados. A garantia do crédito bancário e o perdão das dívidas, a difusão tecno-

lógica e a ampliação de mercados de bens de produção industriais para a agricultura são algumas das funções projetadas e executadas pelas políticas e instituições agrícolas nos últimos 50 anos, regra geral, com fortes subsídios governamentais.

Oriunda dos movimentos ecológicos e afins, a *crítica ambientalista*<sup>6</sup> à Revolução Verde no Brasil é adicionada àquela consciência crítica nacional do pós-II Guerra. O ambientalismo brasileiro desenvolve-se com três componentes críticos: como uma crítica da técnica, como uma crítica social e como uma crítica econômica. Estes questionamentos levam em conta a poluição e envenenamento dos recursos naturais e dos alimentos, a perda da biodiversidade e a destruição dos solos e o assoreamento dos rios, exigem um novo requisito à noção de desenvolvimento herdada: o requisito de *prudência ambiental*. Essas críticas tornam visível a questão social do capitalismo brasileiro. Uma crítica ao modelo socialmente injusto, concentrador de riquezas e socialmente excludente da modernização tecnológica da agricultura. Uma forte exclusão social, não só do padrão de consumo e da qualidade de vida que se torna viável para estas elites e para as populações dos países avançados, mas também a exclusão de condições mínimas de acesso a terra, de trabalho, emprego, teto, educação, alimentação e saúde adequadas. A vivência de processos de empobrecimento associados ao desemprego, de configuração dos *boias-frias*, defavelização dos trabalhadores rurais, o êxodo rural-urbano, o esvaziamento do campo, a sobre-exploração da força de trabalho rural, incluindo o trabalho feminino, infantil e da terceira idade, são alguns dos indicadores da questão social brasileira e

---

<sup>6</sup> Associada à crítica ambientalista globalizada, que envolve componentes daquilo que Boaventura Santos denominou de movimentos contra-hegemônicos de resistência (cosmopolitismo e patrimônio comum da humanidade) às forças hegemônicas (localismo globalizado e globalismo localizado).



da crítica ao modelo agrário do *agronegócio*. A crítica econômica, que ressaltava a elevação de custos associada às crises do petróleo dos anos 1970, desdobra-se na agricultura brasileira como um processo de elevação de custos do pacote tecnológico da Revolução Verde. No Brasil, o programa do Proálcool e de reversão dos motores à gasolina em motores a álcool é um exemplo. Isto significava custos produtivos crescentes daquela matriz energética associada ao uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos, à deterioração dos recursos do solo, água e condições climáticas das produções agrícolas – enchentes, secas, inundações, por exemplo.

Esse contexto é propício à construção de novas ruralidades nos movimentos sociais de tecnologias alternativas, a exemplo dos movimentos de agricultura orgânica, agroecológica e de produção e consumo de alimentos naturais, no campo *subalterno* de forças da agricultura familiar, bem como das discussões críticas mais amplas sobre os impactos da engenharia genética e da utilização de matrizes transgênicas em práticas agropecuárias.

Novas ruralidades emergem e ganham força nos movimentos sociais e trabalhistas rurais. As greves de trabalhadores rurais, as lutas sindicais, o fortalecimento e a expansão do sindicalismo rural e do reconhecimento de direitos trabalhistas (salário mínimo e aposentadoria, dentre outros) são alguns exemplos. O Movimento dos Sem-Terra e a legitimação das lutas por justiça social e reforma agrária, os movimentos sociais dos atingidos por barragens, de comunidades indígenas e dos quilombolas, de mulheres e jovens no campo são outros casos.

Esses questionamentos, em suas vertentes ambientalistas, geraram possibilidades de novos modelos produtivos e relações de trabalho e vida, ruralidades subalternas e hegemônicas, tais como a produção de produtos agroecológicos e orgânicos em agriculturas familiares, bem como

a produção de biomassa, álcool combustível, biodiesel e de produtos transgênicos nas agriculturas empresariais monocultoras. Estas últimas são expressões de lutas hegemônicas e contra-hegemônicas do *globalismo localizado* do *agronegócio* nacional, potencializadas pela revolução na biogenética, na transgenia e em disputas por mercados, territórios, fazendo aparecer no século XXI o fenômeno da *estrangeirização das terras*, como expressão do capital transnacional na compra de terras e empresas do agronegócio. Este último não é um fenômeno historicamente novo. O da desnacionalização da propriedade da terra sim. Em suma, podemos falar em múltiplas e diferenciadas ruralidades *subalternas* e *hegemônicas* e *contra-hegemônicas*, ou mesmo em um mundo rural complexo com múltiplas facetas e dimensões econômicas, sociais, culturais e políticas.

A vivência histórica de precárias condições de produção e competição nos mercados impõe, atualmente, aos agricultores familiares brasileiros a necessidade de procurarem diversificar suas fontes de renda familiar. Para estabilizarem suas condições de vida, eles recorrem à realização simultânea de atividades rurais e urbanas – membros da família com emprego urbano, pequenos comércios, como as bodegas etc.; diversificam as atividades da família – artesanatos, conservas caseiras, turismo rural etc.; recorrem ao emprego agrícola fora da propriedade familiar e a assalariamentos esparsos e sazonais, pequenos arrendamentos e parcerias em terras de terceiros. Estudos sobre *rurbanos*, *pluriatividade*, *multifuncionalidade* apontam para essas expressões de ruralidades subalternas. Observa-se ainda a busca de associações econômicas e cooperadas para o acesso e fortalecimento de suas posições nos mercados, com formas diversas de cooperação no comércio, na produção e no processamento industrial

e manufatureiro<sup>7</sup> e de inserção de setores da agricultura familiar em nichos de mercado nacionais e internacionais, como os de produtos orgânicos.

John Wilkinson (2008), procurando compreender os processos recentes dos últimos 20 anos, estuda e sistematiza as inserções e desafios dos agricultores familiares em novos e velhos mercados de *commodities*, *especialidades*, *orgânicos*, *artesanais*, *solidários* e *institucionais*. Considerando a dinâmica desses mercados, o autor aponta que os acessos a eles implicam saberes, e comportamentos e formas de organizações específicas, e colocam novos desafios<sup>8</sup>. A partir dos anos 1990, a agricultura familiar enfrenta, para o autor, uma reconversão estrutural em condições *altamente desfavoráveis*. O reforço da agricultura familiar exige a criação de condições de *"aprendizagem coletiva"* que possibilitem a transição. Haveria ainda a *necessidade de promover condições para a adoção de inovações sociais e institucionais em larga escala*. Os desafios sistematizados por John Wilkinson são exemplos dos desafios postos às novas ruralidades *subalternas* do campesinato pós-moderno. Essas condições desfavoráveis referem-se aos processos que codeterminam o espaço social no qual prevalecem valorizações econômicas e culturais de técnicas associadas à agricultura familiar e que agora requerem ações, investimentos e regulações que possibilitem aprendizagem coletiva própria, em situações precárias de alfabetização,

---

7 Diversos estudos sobre o cooperativismo demonstram a importância dessas práticas seja para os agricultores familiares e assentados, seja no campo do agronegócio: ruralidades subalternas e hegemônicas.

8 A saber: 1) o mercado de especialidades discrimina por grau de associação com localidade/tradição e os desafios envolvem a concorrência de novos entrantes; 2) o mercado de *orgânicos* discrimina em dimensões associadas à saúde e/ou por modos de produção e os desafios mais importantes estão na certificação, escala e pesquisa; 3) no mercado de produtos artesanais, com denominação de origem ou não, os desafios envolvem qualidade, normas técnicas, autenticidades e ação coletiva e 4) a atuação em mercados *solidários e institucionais* implica desafios de escala, variedade e qualidade (WILKINSON, 2008).

bem com a adoção de inovações sociais e institucionais em larga escala.

Concluindo: considerado como oposto às relações sociais oriundas das instituições burguesas do mercado e do Estado, simbolicamente associadas à cidade, o rural da modernidade ficou identificado com a tradição, incivilidade e irracionalidade. Associado às relações face a face, às culturas estáveis, homogêneas e primitivas, ficou identificado como conservador. Associado ao Antigo Regime – feudal em alguns casos e escravistas em outros – ficou identificado como autoritário, não democrático. Em outros processos produtores de sentidos, o território rural é associado ao tempo sazonal e ao espaço ecossistêmico da natureza, de crenças e religiões tidas como inferiores e a modos de vida atrasados. Em tal contexto, as sensibilidades urbanas e rurais – os sentidos do corpo e da mente – são culturalizados, na cidade, por valores universalizantes e homogeneizantes, e, no rural, por valores localistas e diferenciados, habilitando-nos a falar de culturas rurais – social, econômica, política e discursivamente produzidas como inferiores. Na contemporaneidade da pós-modernidade e das globalizações, a meu ver, o rural hegemônico tende a ser imaginado e visto como paisagens culturais e naturais, lugar de paz e descanso, e não como o domínio de determinadas expressões sociais, econômicas, culturais, estéticas e éticas sem conflitos e assimetrias de poderes.

Criticar essa imagem romântica globalizada com estudos das realidades de nossas formações sociais capitalistas revelaria as precárias condições de vida e carência de cidadania dos povos latino-americanos e, em outra chave, de países da periferia mundializada.

A aplicação deste modelo interpretativo para revelar hierarquias de poderes e produção político-social de inferioridades no interior e no exterior de comunidades,

nações e da humanidade globalizada poderia revelar, comparativamente, complexas e diferentes ruralidades hegemônicas, contra-hegemônicas e subalternas, nacionalizadas e globalizadas.

## Referências bibliográficas

- CARNEIRO, Maria José. Ruralidades: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 11; outubro, 1998.
- DE PAULA, Silvana Gonçalves. *O campo na cidade. Esportes country e ruralidade estetizada*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.
- LUCENA DE LIMA, M. G.; MOREIRA, R. J. A fronteira binacional (Brasil e Uruguai): território e identidade social. *Pampa*. Revista Interuniversitária de Estudos Territoriais, Montevideo: Universidad de la República, v. 5, pp. 51-68, 2009.
- MOREIRA, Roberto José. Pensamento científico, cultura e Eco-92: alguns significados da questão ambiental. *Reforma Agrária* (Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária), v. 23, 1, pp. 14-39, jan./abr., 1993 e *Universidade e Meio Ambiente*, Revista do NUMA, UFPA, n. 5, 1993.
- \_\_\_\_\_. Disputas paradigmáticas nos programas de pós-graduação em economia e desenvolvimento rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 6, pp. 65-80, julho, 1996 a.
- \_\_\_\_\_. Mercado de trabalho rural e parceria: constituição originária e ideologia de subsistência. *Políticas Agrícolas*, México, v. 2, n. 2, pp. 150-164, 1996b.
- \_\_\_\_\_. Terra e natureza: um olhar sobre a apropriação privada da biodiversidade. In: DA SILVA, F. C.; SANTOS, R.; COSTA, F. F. C.(orgs.). *Mundo Rural e Política: Ensaio interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Agricultura familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- \_\_\_\_\_. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In: COSTA, L.F.C; MOREIRA, R. J. ; BRUNO, R. L. (Orgs.). *Mundo Rural Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

- \_\_\_\_ Críticas ambientalistas à Revolução Verde. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 15, pp. 39-52, outubro, 2000.
- \_\_\_\_ Ruralidades e globalizações: Ensaio de uma interpretação. In: MOREIRA, R. J. (Org.). *Identidades sociais*. Ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005; e CPDA. Ruralidades, Rio de Janeiro: n. 1, setembro, 2002.
- \_\_\_\_ A gênese da formação interdisciplinar de pesquisadores no CPDA. In: MOREIRA, R. J.; COSTA, L.F.C. (Orgs.). *Mundo Rural e Cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, pp. 15-44, 2002.
- \_\_\_\_; GAVIRIA, M. R. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poderes na Comunidade de Taquari. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 18, pp. 45-72, abril, 2002.
- \_\_\_\_; COSTA, L. F. O rural no presente. In: MOREIRA, R. J.; COSTA, L. F. C. (orgs.). *Mundo Rural e Cultura*. Rio de Janeiro, v. 1, pp. 7-14, 2002.
- \_\_\_\_ Questão agrária e sustentabilidade. In: ALIMONDA, Héctor (org.). *Ecología – Naturaleza, Sociedad y Utopía*. Buenos Ayres: Clacso, 153-168, 2003.
- \_\_\_\_ Cultura, política e extensão rural na contemporaneidade. In: THORTON, Ricardo; CIMADEVILLA, Gustavo (orgs.). *La Extensión Rural en Debate*. Buenos Aires: Inta, pp. 109-134, 2003.
- \_\_\_\_ Cultura, política e mundo rural na contemporaneidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*. n. 20; pp. 113-143; abril, 2003.
- \_\_\_\_ (Org.). *Identidades sociais*. Ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- \_\_\_\_ Identidades complexas no conhecimento científico sobre comunidades costeiras. In: PRESNO AMODEO, N.; ALIMONDA, H. (Orgs.) *Ruralidades, Capacitação e Desenvolvimento*. Viçosa, MG: Editora da UFV, 2006.
- \_\_\_\_ *Terra, Poder e Território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- \_\_\_\_ Cultura, política e territórios ecossistêmicos. In: LIMA, E. N. de; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J. (Orgs.) *Mundo rural IV. Configurações rural-urbanas: poderes e políticas*. Rio de Janeiro: MauadX e Edur, 2007.
- \_\_\_\_; LIMA, E.N. de. Identidade social e natureza: tensões entre saberes na assessoria técnica em assentamentos rurais. In: COSTA,

- L.F. C.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Orgs) *Mundo rural brasileiro*. Ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: MauadX, Edur, 2008.
- \_\_\_\_\_. Uma visão do papel da agricultura familiar no Brasil. *Novos Cadernos*. NAEA/ UFPA. v. 11, pp. 57-88, 2009.
- \_\_\_\_\_. Cultura, territórios ecossistêmicos e globalizações: A utopia da sustentabilidade. *Ciências Humanas e Sociais em Revista*. Seropédica:UFRRJ. v. 31, n. 2, 2010.
- \_\_\_\_\_. A questão e a configuração do campo agroecológico. In: MOREIRA, R. J. ; BRUNO, R. B. (orgs). *Dimensões rurais de políticas brasileiras*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2010.
- \_\_\_\_\_. Apresentação: a atualidade da política no rural. In: MOREIRA, R. J. ; BRUNO, R. B. (orgs). *Interpretações, estudos rurais e política*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. S. (org.) *A globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortex, 2002.
- WANDERLEY, Maria Nazareth. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, pp. 87-146; outubro de 2000.
- WILKINSON, John. *Mercados, redes e valores*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

MOREIRA, Roberto José. Pensando o rural da modernidade e dos nossos tempos. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2012, vol. 20, n. 1, pp. 248-271, ISSN 1413-0580.

**Resumo:** (*Pensando o rural da modernidade e dos nossos tempos*). Este texto sistematiza e distingue as noções de rural na modernidade e na contemporaneidade, elucida, historicamente, a configuração de poderes assimétricos (hegemônicos, contra-hegemônicos e subalternos) e apresenta uma

interpretação interdisciplinar complexa das ruralidades da formação social brasileira. São reveladas dimensões sociais, políticas, econômicas, técnicas, culturais e discursivas de relações urbano-rural, industrial-agrícola, local-global do mundo rural brasileiro. Procura elucidar o mundo rural do tempo presente em uma perspectiva de longo prazo, em especial no período republicano. Tem-se a expectativa de que o modelo interpretativo apresentado torne possível o diálogo com os estudos de outros países latino-americanos. Tais relações são concebidas como complexas, codeterminadas e abertas a disputas na produção de sentidos, significados e legitimação de poderes e interesses.

**Palavras-chave:** ruralidade, mundo rural, assimetria de poder, complexidade.

**Abstract:** (*Thinking the rural of the modernity and our times*). This text systematizes and distinguishes the notions of rural (country) in modernity and contemporaneity, elucidates, historically, asymmetrical powers (hegemonic, counter-hegemonic and subaltern), and presents a complex interdisciplinary interpretation of ruralities Brazilian social formation. It also elucidates social, political, economic, technical, cultural and discursive dimensions of the urban-rural, agricultural-industrial, local-global relations of the Brazilian rural world. It seeks to elucidate the rural world of the present time in a long-term perspective, particularly in the Republican period. It has been the expectation that the interpretative model presented makes it possible dialogue with studies of other Latin American countries. Such relationships are designed as complex, codeterminadas and open to disputes in the production of meanings, signification and legitimization of power and interests.

**Key words:** rurality, rural world, power asymmetry, complexity.